

**RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
E DO FISCAL ÚNICO**

**1º TRIMESTRE DE
2016**

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1º TRIMESTRE DE 2016

Os aspectos mais relevantes ocorridos do 1º trimestre foram os seguintes:

- elaboração dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015 incluindo o relatório do Governo Societário que foram enviados ao Acionista no prazo legal e cuja aprovação foi agendada para a Assembleia Geral Anual que se realizou em 8 de abril de 2016;
- assinatura, em cerimónia a que presidiu o Senhor Ministro da Economia e que contou também com a presença do Senhor Secretário de Estado da Energia, em 26 de fevereiro do Acordo de Desenvolvimento com a empresa turca ESAN, empresa selecionada para a parceria nas áreas de prospeção de Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças;
- notificação de ação judicial interposta pela Drillcon à Almada Mining e à EDM por dívida comercial no montante de €1.166.290,64, relativa a sondagens faturadas à Almada Mining. Tendo presente a situação de incumprimento por parte da Almada Mining, a EDM, por carta registada com aviso de receção datada de 26 de Janeiro de 2015, já havia comunicada a cessação do contrato de consórcio celebrado entre as duas empresas, com efeitos imediatos.

1. Demonstração de Resultados

Destacam-se as seguintes rubricas:

- Ausência de vendas no trimestre em apreço em consonância com o previsto em orçamento dado que ainda não foi, face às atuais condições de preços dos concentrados de urânio, equacionada qualquer venda;

- trabalhos para a própria entidade em linha com o orçamentado;
- fornecimentos e serviços externos dentro da previsão orçamental com um valor realizado inferior em 4% ao previsto para o período;
- gastos com o pessoal em linha com a previsão orçamental dado que não se registaram alterações no quadro de pessoal;
- outros rendimentos e ganhos de acordo com o estimado para o período;
- a conta de outros gastos e perdas que regista desvio favorável relativamente ao orçamento;
- juros e rendimentos similares, decorrentes das aplicações de tesouraria efetuadas no IGCP com taxas de juro baixas, significativamente abaixo do orçamento.
- O resultado líquido do trimestre foi de 149.641 euros, valor que se mantém dentro da projeção orçamental.

2. Balanço

No balanço destacam-se as seguintes rubricas:

- os ativos intangíveis que integram os valores dos projectos de recuperação ambiental cujo pedido de reembolso às entidades financiadoras ainda não foi concretizado à data de 31 de março de 2016 bem como os investimentos feitos na área da prospeção;
- O saldo da conta acionistas e sócios reflete a dívida da EDM à EDM e o valor de outros ativos financeiros contempla o montante de 3,3 milhões de euros relativo a despesas não elegíveis da concessão de recuperação ambiental realizadas até final de 2004, por conta do concedente, e que ainda não foram pagas à EDM. Refira-se que na assembleia de 15 de abril de 2015 foi deliberado pelo acionista que o Conselho de Administração apresentasse uma proposta de resolução deste crédito, a qual foi apresentada em outubro do mesmo ano, não tendo tido despacho, pelo que foi incluída na ordem do dia da assembleia geral anual de 2016, não tendo ainda sido apreciada por motivo de suspensão da assembleia;

- O saldo de outras contas a receber contempla o valor dos pedidos de reembolso submetidos ao POVT dos quais se aguarda o respetivo recebimento e dos projetos realizados em regime de overbooking que aguardam a decisão de financiamento bem como da dívida remanescente do IAPMEI relativa também a despesas não elegíveis da concessão de recuperação ambiental;
- A rubrica do passivo, outras contas a pagar, apresenta o valor do montante de adiantamentos provenientes de royalties ainda não afeto aos projetos que são por eles financiados;
- Ativo total no montante de 62.618.229 euros e capitais próprios de 54.451.312 euros que evidenciam a autonomia financeira que a EDM tem vindo a manter.

BALANÇO

	2016 ORÇAMENTO	1ºTRIM REALIZADO
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	760.856	810.013
Propriedades de Investimento		
Goodwill		
Ativos Intangíveis	8.325.061	3.239.695
Ativos Biológicos		
Participações Financeiras-método equivalência patrimonial	928.394	950.119
Participações Financeiras- outros métodos	655.833	656.205
Accionistas/Sócios	5.691.628	5.485.354
Outros Ativos Financeiros	3.442.763	3.460.077
Ativos por impostos diferidos	249.363	234.404
	20.053.897	14.835.867
Activo Corrente		
Inventários	13.731.185	13.731.185
Ativos Biológicos		
Clientes	37.384	42.249
Adiantamentos a fornecedores	3.889	6.367
Estado e out. Entes Públicos	73.744	37.909
Accionistas/Sócios	0	0
Outras Contas a receber	2.431.496	6.071.315
Diferimentos	27.984	25.772
Ativos financeiros detidos para negociação		
Outros ativos financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda		
Caixa e Depósitos Bancários	26.696.729	27.867.565
	43.002.411	47.782.362
TOTAL DO ATIVO	63.056.308	62.618.229
Capital realizado	30.000.000	30.000.000
Acções (quotas) Próprias		
Outros instrumentos de capital próprio	13.731.185	13.731.185
Prêmios de emissão		
Reservas Legais	6.000.000	6.000.000
Outras Reservas	2.797.141	2.797.141
Resultados Transilados	1.931.453	2.111.450
Ajustamentos em Activos Financeiros	-499.513	-499.513
Excedente de revalorização	161.408	161.408
Outras variações no capital próprio		
	54.121.674	54.301.671
Resultado Líquido do período	233.960	149.641
Interesses minoritários		
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	54.355.634	54.451.312
Passivo não corrente		
Provisões	1.534.302	1.196.210
Financiamentos obtidos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Passivos por impostos diferidos		
Outras Contas a pagar	120.500	120.500
	1.654.802	1.316.710
Passivo Corrente		
Fornecedores	115.137	359.680
Adiantamento de clientes	2.829	2.460
Estado e Outros Entes Públicos	650.569	197.002
Accionistas/Sócios		0
Financiamentos obtidos	0	0
Outras Contas a pagar	6.276.705	6.290.433
Diferimentos	632	632
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
Passivos não correntes detidos para venda		
	7.045.872	6.850.207
TOTAL DO PASSIVO	8.700.674	8.166.917
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	63.056.308	62.618.229

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	2016 ORÇAMENTO	1º TRIMESTRE REALIZADO	% REALIZAÇÃO
Vendas e serviços prestados	40.000	0	0,0%
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos			
Varição nos inventários da produção	850.000	215.244	25,3%
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	606.320	132.168	21,8%
Fornecimentos e Serviços Externos			
Gastos com o Pessoal	1.224.542	289.918	23,7%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidades de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor	1.250.000	380.392	30,4%
Outros rendimentos e ganhos	35.000	1.283	3,7%
Outros Gastos e Perdas			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	274.138	172.267	
Gastos/reversões de depreciação e amortização	50.000	13.439	26,9%
Imparidades de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	224.138	158.828	
Juros e rendimentos similares obtidos	69.313	16.641	24,0%
Juros e gastos similares suportados	1.000	0	0,0%
Resultado antes de impostos	292.450	175.469	60,0%
Imposto sobre o rendimento do período	58.490	25.828	44,2%
Resultado líquido do período	233.960	149.641	

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA
EDM – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO, S.A.,
REFERENTE AO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2016**

I – INTRODUÇÃO

1. Dando cumprimento aos Princípios do Governo Societário, e em conformidade com o previsto na alínea i), n.º 1, do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, apresenta-se o Relatório de Fiscalização referente ao 1.º trimestre de 2016.
2. No decorrer do trimestre acompanhamos a actividade da Empresa, e verificámos os movimentos contabilísticos respectivos.

II – ANÁLISE CONTABILÍSTICA E DE PROCEDIMENTOS

1. Durante o trimestre analisámos os procedimentos contabilísticos seguidos pela Empresa, examinámos as principais contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados e verificámos os respectivos registos e documentos justificativos, por amostragem, nada havendo a salientar.

III – ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO

1. Reuniões com o Conselho de Administração

Ao longo do trimestre procedemos à leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, tendo-se reunido também com os membros do mesmo Conselho para análise de questões específicas relacionadas com a evolução da actividade das empresas do Grupo EDM.

2. Factos a assinalar no trimestre:

- 2.1. Foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em Março do corrente ano, o Relatório e Contas, a Actividade desenvolvida e o Relatório do Governo Societário relativos ao exercício de 2015, os quais foram aprovados por unanimidade. Foram também apreciados os resultados obtidos e as acções desenvolvidas, que permitiram à valorização dos investimentos efectuados em anos anteriores na EDMi e EDM, bem como a estratégia relativa ao stock de urânio.

- 2.2. Após os ajustamentos realizados pela EDM ao orçamento inicial de 2016, desencadeados na sequência das recomendações efectuadas pela "UTAM", a entrada em vigor do Plano de Actividades e Orçamento para 2016, na sua versão rectificada, ficou dependente da aprovação do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2016.
- 2.3. O Conselho de Administração deliberou a aprovação do Relatório de Acompanhamento de 2015, do Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção e o Relatório sobre Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres 2015.
- 2.4. Os processos decorrentes da actividade relacionada com a concessão e recuperação ambiental, nomeadamente os relativos à 4ª Fase de candidaturas da EDM ao POVT/QREN em regime de overbooking, embora se encontrem física e financeiramente concluídos e as respectivas candidaturas encerradas junto do POVT, o correspondente pagamento da verba referente ao Fundo de Coesão por parte da Entidade Gestora ainda não foi concretizado, o que representa um défice de tesouraria para a EDM de cerca de 5 M€.
- 2.5. O Conselho de Administração recebeu um ofício da DGEG dirigido ao Chefe do Consórcio do Projecto Jales-Gralheira, solicitando o pagamento de 23 milhões de euros por incumprimento do contrato de Consórcio com a Almada Mining. O Conselho de Administração respondeu, relembando a DGEG que já havia resolvido o contrato de consórcio com a Almada Mining, em Janeiro de 2015, com o seu conhecimento, tendo em conta os frequentes incumprimentos desta, quer perante o Estado quer no âmbito do Consórcio.
- 2.6. Ainda quanto ao Projecto Jales-Gralheira, o Conselho de Administração foi notificado pelo Tribunal da Comarca de Lisboa de uma acção judicial, interposta pela Drillcon à Almada Mining e EDM, sendo o objecto da acção uma dívida comercial no montante de 1.166.290,64 euros, respeitante a serviços prestados. Foi decidido criar a respectiva imparidade sobre o montante pago pela EDM da sua quota-parte dos investimentos realizados pela Almada Mining até ao final de 2013.

3. Investimentos

Os investimentos realizados pela EDM no 1.º trimestre de 2016, no valor global de 1.118.046 euros, inserem-se essencialmente no âmbito da actividade concessionada pelo Estado para recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, tendo sido contabilizados no período cerca de 389.603 euros, referentes a um conjunto significativo de projectos de recuperação ambiental, que se encontram em curso, em várias zonas mineiras do País. Os restantes investimentos do período em análise relacionados com o Protocolo e com os Projectos Próprios apresentam o valor de 617.527 € e 110.916 €, respectivamente.

4. Análise económico financeira e orçamental das contas

Na análise ao 1.º trimestre de 2016 foi efectuada uma revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira, análise de rácios e comparação dos valores orçamentados com os valores executados, tendo-se concluído, face ao "Relatório Orçamental do 1.º Trimestre de 2016" apresentado, pela regularidade da execução orçamental nas rubricas com maior relevância na Demonstração de resultados, sendo apenas de destacar; a ausência de "Vendas" no trimestre, os "Trabalhos para a Própria Entidade" em linha com o orçamentado com uma execução de cerca de 25%, os "Fornecimento e Serviços Externos", 3% abaixo da previsão orçamental (606.320 €), assim como os "Gastos com Pessoal" também apresentam uma taxa de realização inferior em 1%, face aos valores orçamentados.

Os "Outros Rendimentos e Ganhos" apresentam um maior desvio, 5% acima do esperado enquanto que os "Outros Gastos e Perdas", face aos valores orçamentado apenas se executaram cerca de 4%.

O resultado líquido registado no final do 1.º trimestre no valor de 149.641 €, apresenta uma percentagem de realização de 63,9%, tendo em conta o valor orçamentado de 233.960 € para o ano de 2016.

5. Indicadores de gestão

Indicam-se os principais rácios referentes ao 1º trimestre de 2016 e a sua evolução, comparativamente com o período anterior.

– Económico-Financelros

	4.º T 2015	1.º T 2016
Liquidez reduzida	4,60	4,97
Liquidez geral	6,40	6,98
Solvabilidade	6,04	6,67
Autonomia financeira	0,86	0,87
Cobertura do activo não corrente	3,87	3,76
Endividamento	0,14	0,13
Estrutura do endividamento	0,85	0,84
Debt-to-Equity Ratio	0,17	0,15
Rendibilidade do Capital Próprio	0,01	0,00
Rendibilidade do Activo	0,01	0,00
Remunerações do pessoal <i>per capita</i>	2.524 €	2.594 €

– Decomposição do fundo de manelo

	4.º T 2015	1.º T 2016
Meios financeiros líquidos	28.763.731 €	27.867.565 €
Activo corrente	20.149.619 €	19.914.796 €
Passivo corrente	- 7.644.557 €	- 6.850.207 €
Totais	41.268.793 €	40.932.155 €

Da análise dos vários Indicadores verifica-se o registo de pequenas variações ao nível dos rácios económico-financeiros, face ao período anterior, mantendo-se, no entanto, em níveis bastante regulares.

6. Orientações estratégicas

No âmbito da reestruturação/redefinição do Grupo EDM concretizada nos últimos anos, a principal actividade desenvolvida pela EDM consiste na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, no âmbito de Concessão atribuída pelo Estado (Decreto-Lei n.º 198-A/2001 de 6 de Julho).

Deste modo, encontram-se em curso vários projectos relativos à recuperação ambiental de várias zonas mineiras do País, conforme previsto no Plano de Actividades.

Relativamente ao Contrato de Concessão foram propostos, já anteriormente, alguns ajustamentos considerados necessários, nomeadamente em termos dos capitais afectos à actividade concessionada e da correspondente remuneração.

Conforme referido em anteriores relatórios, foi formalizado em Fevereiro de 2007, o "Protocolo de Cooperação" entre a Direcção Geral de Energia e Geologia e a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, ambas entidades públicas com relevantes missões na área mineira, designadamente, em projectos nos domínios técnicos, científicos e operacionais de interesse comum.

A assinatura deste Protocolo permitiu reforçar a intervenção do Sector Público na área mineira, quer através da realização de novos projectos de recuperação ambiental de áreas mineiras abandonadas, quer apoiando projectos de prospecção, pesquisa e avaliação mineira que sejam considerados de grande interesse, prevendo ainda a realização de outras acções no domínio geológico-mineiro, com especial destaque para o conhecimento, valorização e aproveitamento dos recursos geológicos do País.

No decurso deste Protocolo têm vindo a ser realizados vários projectos, tendo sido utilizadas, até à data, verbas do Protocolo DGEG/EDM no montante global de 36.185.042 euros, dos quais cerca de 19.464.537 euros referem-se à comparticipação nacional de projectos de recuperação ambiental. As verbas recebidas e não utilizadas até à data no valor de 6.070.914 euros, serão aplicadas nos anos subsequentes de acordo com a realização dos investimentos.

Para a gestão do património imobiliário do Grupo EDM foi constituída em 2000 a EDMI, empresa participada a 100% pela EDM, para a qual tem vindo a ser transferido parte do património imobiliário do Grupo, tendo em vista a sua rentabilização, quer pelo desenvolvimento de projectos, quer pela via do arrendamento, quer pela sua alienação.

Esta empresa tem vindo, gradualmente, a entrar em fase de pleno desenvolvimento das suas actividades estatutárias.

7. Cumprimento das disposições estatutárias e das orientações estabelecidas pelo Accionista

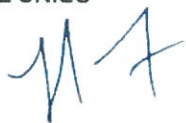
Não foram notadas inobservâncias das disposições estatutárias ou das orientações estabelecidas pelo Accionista.

IV – CONCLUSÕES

De acordo com o referido neste Relatório, o Fiscal Único (ROC) considera que a actividade foi desenvolvida de acordo com as orientações definidas pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 15 de Maio de 2016

O FISCAL ÚNICO



Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21